

Memória Institucional e História Pública: o acervo do Centro de História e Memória da Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos (Cehvap).

Institutional Memory and Public History: the collection of the History and Memory Center of the University of Vale do Paraíba in São José dos Campos (Cehvap).

Maria Helena Alves da Silva*

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali**

Valéria Zanetti***

Resumo: Atualmente tem se falado bastante da importância da história pública. Esse campo reconhece que a narrativa histórica deve ter uma maior abrangência, além das escritas e dos espaços destinados aos historiadores profissionais. O termo, utilizado nos EUA a partir de 1970, refere-se à atuação e métodos de historiadores afim de fazer uma história para o público em geral, uma história popular do passado. Este artigo tem como objetivo evidenciar a importância da história pública por meio da contextualização das diferentes experiências, capazes de abrigar múltiplas relações identitárias com as diferentes instituições, que acabam, por sua vez, se constituindo em formadoras de identidades. Para tanto, busca-se, a partir das narrativas históricas sobre uma das mais antigas universidades comunitárias do Vale do Paraíba Paulista, a UNIVAP, evidenciar a força dessa instituição na representação das identidades locais. Para tanto, foram utilizadas como fontes, as memórias recolhidas pelo Centro de História e Memória Institucional da mesma instituição (CEHVAP).

Palavras-Chave: História Institucional. História Pública. Memória.

* Graduada em História, com mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba. Cursando doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba e especialização em Museografia e Patrimônio Cultural pelo Claretiano.

** Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba, Mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Atualmente é professor-doutor da Universidade do Vale do Paraíba, atuando na Graduação (Curso de História e Geografia) e na Pós-Graduação, como docente permanente do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, na Linha de Pesquisa "Sociedade, Espaço e Cultura"

*** Possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (1988), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). É professora da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), atuando na Graduação (Curso de História e Geografia) e na Pós-Graduação, como docente permanente do Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, na Linha de Pesquisa, Sociedade, Espaço e Cultura.

Abstract: There has been a lot of talk about the importance of public history. This field recognizes that the historical narrative must have a wider scope, besides the writings and the spaces destined to the professional historians. The term, used in the USA from 1970, refers to the acting and methods of historians in order to make a story for the general public, a popular history of the past. This article aims to highlight the importance of public history through the contextualization of different experiences, capable of harboring multiple identity relationships with different institutions, which in turn become identity formers. From this historical narrative about one of the oldest community universities in the Vale do Paraíba Paulista, UNIVAP, it is possible to highlight the strength of this institution in the representation of local identities. For that purpose, the sources collected were those collected by the Center for History and Institutional Memory of the same institution (CEHVAP).

Keywords: Institucional History. Public History. Memory.

Introdução

Atores sociais dão forma a instituições políticas e culturais. Não tem como falar de igrejas, sindicatos, escolas, entidades recreativas e assistenciais, grupos artísticos e coletivos de distintas naturezas, sem falar das pessoas que estão envolvidas com elas. Nesse sentido, são de grande importância pesquisas de interesse não só sobre os processos de constituição de instituições ou entidades, como o fazer cotidiano no seio desses agrupamentos.

O fazer cotidiano é carregado de memória, que produz, por sua vez, novas formas de subjetivação. Ou seja, a relação que as pessoas estabelecem com as instituições e agrupamentos reproduz práticas sociais que constituem memórias. Se a instituição existe, afirma Icleia Thiesen Magalhaes Costa, “a memória se plasma. É pregnante. Constitui marcas, rastros ou traços que contém informações. Substâncias formadas. Em estado caótico ou virtual, a informação é embrião” (COSTA, 1997, p.11 - 12).

O que seria a memória institucional? Segundo Costa, “a memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas” (COSTA, 1997, p. 9). As instituições, para Costa, são formas de saber-poder, constituem informação e “a memória institucional funciona como memória arquivo, forma que reproduz informação, produtora de memórias” (IDEM).

Uma instituição é, pois, uma obra coletiva, criação social, cultural. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. As instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que garantem o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade (COSTA, 1997, p. 80).

Memória não é aqui entendida como mera repetição do passado, mas como informações retidas que passaram pelo filtro individual, que foram organizadas e recriadas no presente, dentro de um processo dinâmico (COSTA, 1997, p.121). O homem é feito de memórias. O corpo tem memória. Não apenas no sentido genético, mas também social, institucional. A memória é a fonte da história. Longe de serem sinônimas, a memória está em constante evolução, enquanto lembrança carregada por grupos vivos. Pierre Nora já dizia que a memória está “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, do inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetíveis a longas latências e de repentinas revitalizações”(NORA, 1993, p.9).

Memória, para Nora, é “a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma comunidade viva cujo sentimento do passado faz parte integrante de sua identidade”(NORA, 1993, p. 39). A história, por sua vez, “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um lugar vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (IDEM). A história é, portanto, a “operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, tornando-a sempre prosaica” (NORA, 1993, p. 9).

A memória, perscrutada pela história oral, vem contribuindo para a renovação da história social, dando voz aos anônimos que formam as comunidades e as instituições. Se memória é tempo e o tempo é criador de experiências e de realidades, podemos dizer que a memória é a base do conhecimento, resultante das experiências e das interações sociais. Ao mesmo tempo em que se constitui como fenômeno histórico, as memórias se revelam também como fontes históricas. Maurice Halbwachs enfatizou o modo como a memória, apesar de ser individual, se enraíza nas comunidades sociais concretas. A memória institucional, objeto desse

estudo, apesar de trazer a memória “coletiva” como substrato do conhecimento, só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais, que, por sua vez, são construídos por meio da memória social (HALBWACHS, 1994). Sílvia Kessel explica que

o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, com seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças. A rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Ela está impregnada das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências, que percebemos qual uma amálgama, uma unidade que parece ser só nossa (KESSEL, s/d, p. 3).

Nesse sentido, quando se fala em memória institucional, pensa-se em lembranças que estão em processo, cujas memórias e saberes são elementos constituintes de seu funcionamento. A memória institucional é também memória histórica, efeito dos condicionamentos e das formações sociais. A memória institucional “está nas linhas e entrelinhas, nos discursos dos autores, entre os personagens conceituais que povoam a escrita, que ora interrompemos. Mas está também em cada indivíduo e em cada instituição, sendo construído e reconstruído a cada dia de nossas existências” (COSTA, 1997, p.152).

A memória institucional constitui um patrimônio imaterial preservado, muitas vezes, graças às iniciativas de pessoas leigas interessadas em assumir o papel de guardiãs dos legados institucionais. Essas iniciativas também ajudam à constituição daquilo que se convencionou chamar de História Pública que, de forma simples, refere-se

à atuação dos historiadores e do método histórico fora da academia: no governo, em corporações privadas, nos meios de comunicação, em sociedades históricas e museus, até mesmo em espaços privados. Os historiadores públicos estão atuando em todos os lugares, empregando suas habilidades profissionais, eles são parte do processo público. Uma questão precisa ser resolvida; uma política pública precisa ser elaborada; o uso de um recurso ou uma atividade precisa ser melhor planejada – eis que os historiadores serão convocados para trazer à baila a questão do tempo: isso é História Pública (KELLEY, 1978, p. 90).

A história pública tem nos mostrado que o espaço universitário não é o único locus de elaboração do conhecimento histórico e que a prática da história deve levar em consideração os sujeitos que a desenvolvem e o lugar social ou institucional ao

qual pertencem. Sintetizando, não se consegue conceber a história sem as dimensões sujeito, espaço e tempo, sobretudo, as relações simbióticas entre essas três dimensões.

História da Universidade do Vale do Paraíba e a importância da Memória Institucional para constituição das identidades sociais

Em 2011 foi criado o Centro de História & Memória da Universidade do Vale do Paraíba (CEHVAP), no Campus Urbanova, em São José dos Campos, município sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, com o objetivo de gerir a documentação histórica e reconstituir o processo de criação da FVE (Fundação Valeparaibana de Ensino) e da Univap (Universidade do Vale do Paraíba), uma das maiores e mais antigas universidades da região. O objetivo do CEHVAP, criado por historiadoras da mesma Universidade, era reunir informações sobre o surgimento das faculdades e dos cursos, a fim de rastrear a documentação produzida ao longo da história da FVE / Universidade e de recolher memórias e depoimentos de pessoas envolvidas com essa história.

A princípio, a proposta do CEHVAP parecia um desafio, pois a documentação se encontrava dispersa e os setores responsáveis pela documentação administrativa e acadêmica mostravam-se resistentes à proposta de concentrar, em um único local, a documentação histórica da instituição, evidenciando, por parte dos chefes de departamentos, um sentimento de propriedade da documentação gerada pelos seus setores.

Além da dificuldade de abordagem dos departamentos, outro grande desafio foi reconstituir a história da maior universidade da região do Vale do Paraíba. A história da FVE e da UNIVAP mescla-se com a história da cidade de São José dos Campos quando o município passou a se projetar no cenário nacional como centro industrial, contruindo, a partir de 1960, novos alicerces identitários (ZANETTI et al, 2012).

O município, que até a década de 1930 sobrevivia precariamente dos recursos da produção de café, bem como das instalações sanatoriais especializadas em doença pulmonar e de pequenas unidades fabris (Tecelagem Parahyba, Cerâmica Weiss e Cerâmica Bonádio), ganhou certa projeção quando a inauguração da via Dutra na década de 1950, favoreceu as condições para a criação de centros de pesquisa espacial e para a instalação de indústrias de ponta, que deram nova configuração ao

município. A especialização baseada no setor aeroespacial, a partir da década de 1970, passou a projetar o município no cenário econômico nacional e a criar as bases de sustentação da dinâmica regional.

Na década de 1950, com a criação de institutos de pesquisas como o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o CTA (Centro Técnico Aeroespacial), o ITA (Instituto Técnico Aeronáutico) e com a instalação de empresas como a Embraer, a General Motors, a Eaton, a Avibrás, impulsionou-se iniciativas de criação de cursos superiores para atender às novas demandas de especialização da cidade.

Como já se disse, a FVE é uma instituição comunitária sem fins lucrativos que foi criada no contexto da década de 1940, quando surgiram, no cenário brasileiro, as universidades comunitárias. Luiz Carlos Andrade de Aquino reforça que a existência dessas universidades foi fruto da

iniciativa de setores da sociedade civil, muitas vezes com o apoio do poder público local, visando suprir a oferta de educação superior pública em regiões e localidades do interior do país. Em geral, essas instituições são mantidas por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos (fundações ou associações) e exercem atividades voltadas estritamente à educação. Conhecidas também como universidades comunitárias regionais, essas instituições passam a ser caracterizadas por muitos estudiosos como públicas não estatais Aquino (AQUINO, 2017, p. 23).

Nessa conjuntura, entre a década de 1950 e 1960, a Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE) se firmava como entidade jurídica de direito privado, comunitária e sem finalidade lucrativa, com o funcionamento dos cursos de Serviço Social, Engenharia, Direito e Pedagogia.

Em 1992 foi criada a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), agregando novos cursos e faculdades, mantida pela FVE. Luis Carlos Aquino ressalta que as universidades comunitárias tem um papel desafiador, que consiste em “manter sua própria existência enquanto instituição, uma vez que depende de recursos oriundos, fundamentalmente, das mensalidades de seus alunos e alunas para garantir suas atividades de ensino, pesquisa e extensão”, além de manter seu papel de reconhecimento na sociedade (AQUINO, 2017, p. 23). Certamente, as memórias dos funcionários dessa instituição serão permeadas por direcionamentos acadêmicos de seus reitores e das políticas econômicas do presidente da fundação para a constante luta para a manutenção financeira da instituição.

Atualmente, a Univap é composta por quatro Faculdades, que totalizam 36 cursos, 30 de bacharelado e seis de licenciatura; três Colégios de Educação Básica

(Unidade Aquarius, Unidade Centro, Unidade Villa Branca), três programas de Mestrado, três de doutorado (Tabela 1), além do Parque Tecnológico, que acomoda incubadoras de Empresas, bem como um Instituto de Pesquisa com laboratórios das diferentes áreas do conhecimento cuja produção acadêmica lidera o ranqueamento das instituições comunitárias na região¹.

Tabela 1: Cursos de Graduação e pós graduação da UNIVAP.

	Cursos	Modalidade Bacharelado	Modalidade Licenciatura	Mestrado	Doutorado
1	Administração	x			
2	Artes Visuais		x		
3	Arquitetura e Urbanismo	x			
4	Biomedicina	x			
5	Ciências Biológicas	x	x		
6	Ciências Contábeis	x			
7	Design de Moda	x			
8	Direito	x			
9	Ed. Física	x	x		
10	Enfermagem	x			
11	Engenharia Aeronáutica e Espaço	x			
12	Engenharia Agrônoma	x			
13	Enfermagem	x			
14	Engenharia Ambiental e Sanitária	x			
15	Engenharia Biomédica	x		x	x
16	Engenharia Civil	x			
17	Engenharia da Computação	x			
18	Engenharia de Produção	x			
19	Engenharia Elétrica	x			
20	Engenharia Química	x			
21	Estética	x			
22	Fisioterapia	x			
23	Física e Astronomia			x	x
24	Geografia		x		
25	História		x		
26	Jornalismo	x			
27	Medicina Veterinária	x			
28	Nutrição	x			
29	Odontologia	x			
30	Planejamento Urbano e Regional			x	x
31	Pedagogia		x		
32	Psicologia	x			
33	Publicidade e Propaganda	x			
34	Química (com formação industrial)	x			
35	Rádio e TV	x			
36	Serviço Social	x			

Fonte: Organizado pelas autoras.

Esta Universidade, cuja existência está vinculada à história da formação acadêmica de grande parte da população da região, acabou por possibilitar, a cada indivíduo que por ela passou, construir um “microcosmo” de significados, ligados a tempos e espaços específicos, nos quais suas memórias e seu sentimento de pertença são ancorados. As memórias dessas pessoas, apesar de serem individuais, apontam

¹Disponível em: <http://www.meon.com.br/noticias/educacao/univap-ganha-11-posicoes-e-e-900-lugar-em-ranking-nacional-universitario>. Acesso em: 08/12/2018.

para a vinculação e manutenção do tempo-espaço vivido na instituição por meio da memória autobiográfica.

Esse axioma foi tratado por Maurice Halbwachs (1994), quando ressaltou que o espaço humano é, em qualquer período histórico, resultado de uma produção. O homem, enquanto ser físico, é ele mesmo espaço preenchido com o próprio corpo; além de ser espaço, também está no espaço e produz espaço. Esses espaços, por excelência, se definem como espaços de relações sociais e pessoais, e são estas que constroem as imagens, as identidades, os valores afetivos e as emoções estabelecidas com e a partir dos lugares, construídos pelas vivências.

Certamente, as memórias das pessoas relacionadas aos espaços são subjetivas e, cada qual, experimenta lembrar de uma forma, demonstrando emoções, traumas, prazeres e sensações. Michel de Certeau (1994, p 189) nos lembra que

os lugares são histórias fragmentárias em si, dos passados roubados à legibilidade dos outros, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações conquistadas na dor ou no prazer do corpo.

São essas memórias, carregadas de simbolizações, que nos permitem observar como cada pessoa se relaciona com o espaço e com o tempo em que está, fenomenologicamente, imerso. As memórias daqueles que produziram o espaço da UNIVAP carregam também as memórias dessa instituição como parte significativa de suas vivências e de suas relações sociais, assim como produziram sínteses de si mesmos e da universidade que, por mais que se modifique, carrega também marcas dessa presença, seja na memória espacial ou na memória coletiva dessa instituição.

O Centro de Memória e história da UNIVAP como experiência de História Pública

O CEHVAP foi criado em 2011 por iniciativa das historiadoras Maria Aparecida Papali e Valéria Zanetti, ambas docentes da Universidade do Vale do Paraíba, com o objetivo de coletar, organizar e fazer a gestão da documentação histórica da Instituição. Um dos objetivos também foi o de coletar depoimentos orais de funcionários, ex-funcionários, alunos e ex-alunos da Universidade. Nos primeiros anos de funcionamento, o CEHVAP enfrentou resistência de todas as formas, tanto

financeira, quanto de apoio de sua importância, além de não contar com espaço próprio e com funcionários contratados, ficando sob responsabilidade de estagiários, alunos do curso de História da Instituição. Hoje o CEHVAP já possui espaço e estrutura próprios, além de contar também com uma funcionária, Maria Helena Alves da Silva, gestora da documentação existente. Atualmente, o acervo é composto por 101 entrevistas em seu Acervo de História Oral, 129 mil fotografias no Acervo Iconográfico, 152 arquivos de vídeos e 17 arquivos de áudios de cunho institucional, como palestras e documentários produzidos pela instituição. Destes dois últimos, destacam-se gravações de eventos e aulas inaugurais a partir da década de 1970, como a palestra que Luiz Carlos Prestes ministrou em 1988 na Faculdade de Direito, um dos áudios mais importantes da coleção. Todos os vídeos e áudios estão sendo publicados no canal do *Youtube* do Cehvap, para garantir maior acesso a esse material².

O Centro de Memória Institucional da Univap recebe visitas monitoradas de públicos internos e externos à UNIVAP, além de promover exposições em eventos da instituição.

Figura 1. Visita monitoradas no CEHVAP em Março de 2018; alunos visitam uma exposição de equipamentos antigos do CEHVAP em Outubro do mesmo ano.



Fonte: Cehvap, 2018.

O Cehvap reuniu 13 entrevistas realizadas antes mesmo de sua criação, em 2011, filmadas pela TV Univap e realizadas pelo setor de Cultura da instituição. Essas entrevistas também tinham como objetivo resguardar a memória da instituição por meio de depoimentos de seus funcionários mais antigos, muitos já falecidos. As entrevistas, filmadas em VHS, foram transcritas de forma resumida afim de serem publicadas na revista da instituição chamada 'Diálogo'.

² Link para o canal: <https://www.youtube.com/channel/UCRf66oetHzn5jQ2VNFgtYkA>.

O depoimento de Aloísio Machado Margarido Pires, por exemplo, com 30 minutos de áudio, foi condensado em uma página da revista. Natural do Rio de Janeiro Aloísio Pires trabalhou no Ministério da Aeronáutica na década de 1940 e envolveu-se com a construção e instalação do ITA em São José dos Campos. Na década de 1960 fez parte de um grupo de professores que ofereceu à FVE um curso de Engenharia. De 1968 a 1978, Pires foi secretário desta faculdade e, em 1981, foi Secretário Geral das Faculdades Integradas de São José dos Campos, mantidas pela FVE. Encerrou suas atividades na instituição em 1994, após 25 anos na FVE. Faleceu em 15 de Março de 2003 aos 80 anos de idade (CEHVAP).

Para a coleta das entrevistas adotou-se a metodologia da técnica da história oral. Os depoimentos só são recolhidos após coleta de dados importantes de identificação do depoente, como dados pessoais, o ano em que o entrevistado ingressou na instituição, os motivos que o levaram a isso. Embora haja um roteiro de perguntas, as entrevistas são direcionadas para deixar o depoente à vontade para contar a sua história. As entrevistas permitem não só construir fontes, como ampliar o acervo histórico, utilizando a história de vida a partir das narrativas pessoais como forma de recuperar o cotidiano e a vivência da instituição em diferentes épocas por diferentes vozes, de alunos a professores, funcionários dos setores administrativos e terceirizados, bem como diretores.

A análise dessas narrativas também permite um melhor entendimento do processo de construção da memória dos depoentes, sendo notável que alguns têm visões completamente diferentes das administrações ou dos eventos passados. Ricardo Santhiago deixa claro que

o texto da entrevista de história oral, quando finalizado, torna-se um documento “em si”; portanto, deve ser interpretado e analisado como se faria com qualquer outra fonte histórica, ainda que considerando as especificidades do documento de origem oral. Ele não é um fim, mas um meio. Por vezes, há ausência de interpretação. Em outras, a interpretação da estrutura do texto – que pode efetivamente levantar questões lingüísticas e literárias. Mas nenhuma das duas atividades permite à pesquisa ser alcunhada como estudo histórico, no qual importa com prevalência o que é dito (SANTHIAGO, 2008, p. 42).

Sobre o acervo das fontes históricas levantadas pelas memórias, após a criação do Cehvap, dialogou-se com a TV Univap para que as fitas de VHS fossem convertidas em mídia digital, a fim de serem melhor armazenadas e preservadas. Após a conversão, uma cópia dos áudios e dos vídeos foram salvos nos computadores

do Cehvap e em nuvem de armazenamento. O acervo, até o momento, guarda um total de 101 entrevistas; destas, 38 estão transcritas e, 13, não tinham o Termo de Consentimento assinado.

A transcrição das entrevistas é necessária para que o conteúdo seja melhor visualizado e pesquisado; no entanto, demanda muito tempo, como observou Tourtier-Bonazzi. Este autor constatou que a transcrição tem uma função relevante, ao permitir analisar o conteúdo do discurso e a seleção das palavras do depoente; no entanto, requer "pelo menos cinco vezes mais tempo do que a gravação" (TOURTIER-BONAZZI, 2006, s/p.)

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado pelas professoras Maria Aparecida Papali e Valéria Zanetti, coordenadora e colaboradora do CEHVAP respectivamente, foi elaborado em 2011, de forma que as entrevistas antigas, filmadas pela TV Univap, não possuem esse documento. O uso do Termo garante que os dados fornecidos pelo depoente sejam utilizados apenas para finalidade de pesquisa científica. Percebeu-se que o entrevistado fica mais à vontade para contar sua história quando se garante a ele que a publicação de sua história não será identificada. Nesse sentido, passou-se a assegurar, em 2014, que os depoimentos seriam publicados apenas com identificação por letra ou números, sem declaração do nome do depoente.

É importante ressaltar que, entre 1996 e 2011, a reitoria da UNIVAP e a presidência da FVE foram concentradas na figura de uma mesma pessoa, que adotou, durante os 31 anos de sua administração, uma política autoritária, arbitrária e centralizadora. Como acentua Luis Carlos Aquino, “essa centralização do poder por 31 anos na figura de um administrador marcou a história institucional da FVE e de sua mantida, a Univap” (AQUINO, 2017, p. 82-83)e, certamente, marcou a memória não só do município, como dos funcionários em geral da instituição.

A centralização do poder (UNIVAP e FVE) na mesma pessoa, bem como as denúncias de ex professores e da comunidade em geral junto ao Ministério Público e Ministério da Educação (MEC), levou a uma investigação da Curadoria de Fundações, que passou, em 2011, a acompanhar a administração da instituição. Além disso, conta-nos Aquino:

um movimento interno de professores e funcionários, somado ao movimento do alunado, passou a atuar em defesa de um novo estatuto que ampliasse a participação dos diversos segmentos institucionais nos órgãos colegiados da FVE e Univap. Ainda em 2011,

com o acompanhamento e intervenção da Curadoria de Fundações do município de São José dos Campos, através de decisão liminar (...) e após inúmeras reuniões e audiências públicas, foi aprovado o atual Estatuto que, além de regulamentar as eleições para a presidência de Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE) e para a reitoria da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), impedindo o acúmulo desses cargos por uma única pessoa, reformulou a composição de seu órgão máximo, o Conselho Curador (CONCUR) da FVE (AQUINO, 2017, p. 83).

Justifica-se, portanto, a condição confortável que o anonimato possibilitava ao depoente. Observa-se, nesse caso, que a história oral oferece uma possibilidade de abordagem de um mundo “fechado”, abrindo rachaduras na “neutralidade e racionalidade”, muitas vezes isolada do público externo (MOTTA, 1995, p. 3).

A história oral tem sido uma das técnicas utilizadas para compor o acervo da História Pública, uma vez que produz material e permite a reflexão da história e de seus inúmeros públicos, que carregam uma multiplicidade de significados. A História Pública, como campo de estudo, permite esboçar várias dimensões, possíveis de perscrutar a história para o público, a história com o público, a história feita pelo público e a história e o público (MAUAD In SANTHIAGO, 2016, p. 90-91). Levando-se em consideração as dimensões postas pela História Pública, pode-se dizer que o público encarna os papéis de consumidor e gerador de história. Jurandir Malerba, sobre essa questão, traz uma reflexão:

A história é “pública” porque sua produção saiu da tutela acadêmica e passou a ser largamente praticada, produzida por leigos, amadores, diletantes? Ou ela é pública pela dimensão da audiência que é capaz de atingir – e que cresceu exponencialmente nas últimas três décadas? Tanto uma coisa quanto a outra – a alteração do perfil do produtor de história e a expansão vertiginosa do seu público consumidor – se explicam em grande parte pelo surgimento de novas mídias, particularmente a internet (MALERBA, 2017, p. 141).

O acervo do Cehvap tem contribuído para as reflexões acerca do conceito de público, por meio do compartilhamento da história pela *internet*, em página de *facebook*³. A administração autoritária e centralizadora do antigo reitor (1996 a 2011), que incluía a sua política de propriedade documental, acabou por distanciar a comunidade da universidade e por imprimir uma marca negativa da instituição na memória social. No entanto, nota-se que a página do Centro de Memória institucional

³<https://www.facebook.com/search/top/?q=cehvap%20-%20centro%20de%20hist%C3%B3ria%20e%20mem%C3%B3ria%20da%20univap>. Acesso em 02/11/2018.

da UNIVAP nas plataformas digitais tem se tornado um instrumento de aproximação, cujas fontes fotográficas exercem o poder da lembrança e rememoração.

O compartilhamento das fontes fotográficas de tempos passados da instituição, publicadas no *facebook*, tem trazido a tona episódios dialógicos das experiências vividas pelos grupos que se reconhecem nas e pelas fotografias. Os *insights* da subjetividade, em conjunto com as descobertas compartilhadas, vão trilhando caminhos de memórias que os dispositivos das imagens acionam. Essas experiências nos permitem, não só recolher informações das conjecturas daquele espaço e daquele tempo, como nos permitiu perceber as emoções, sensações e asmúltiplas relações dos sujeitos com a instituição e deles com eles mesmos. As fotos mostraram o poder das fotografias como promotoras de contatos perdidos pelo tempo e pela distância que a dinâmica da vida imprimiu na história de cada um.

A importância da História Oral para a Memória Institucional do Cehvap e para a História Pública

Como observou Marly Silva da Motta (MOTTA, 1995), nas últimas décadas, alguns órgãos e empresas estatais têm demonstrado preocupação em recuperar sua história, como a Petrobrás, Eletrobrás e o Banco Central. Os depoimentos possibilitam a análise da história da construção da memória, a partir de informações objetivas sobre fatos passados e como elas são rememoradas e representadas no presente.

A história oral é uma prática nova que, segundo José Carlos Sebe Bom Meihy, “resulta da interação entre narradores e estudiosos atentos à responsabilidade de documentar”(MEIHY, 1994, p. 53). É, portanto, mais do que arquivos de gravação. Implica, segundo Mehy, na elaboração de um documento que pode ser, num primeiro momento, a transcrição do testemunho e, em outra etapa, a sua análise. As narrativas denunciam práticas sociais, experiências vividas em tempos e espaços não raras vezes compartilhados com os pares. Segundo Dalva Maria de Oliveira Silva:

No trabalho com memórias, no esforço para analisá-las e interpretá-las, não se pode perder de vista suas especificidades, sua seletividade e a forma como são compostas por cada sujeito, de acordo com o lugar, a situação na qual se encontra e as experiências que estão sempre em processo de composição, assim como a construção de uma memória sobre essas experiências(SILVA, 2004, p. 192).

Outra questão com a qual o historiador precisa lidar enquanto recupera um depoimento é com o tempo. Conforme salienta Alessandro Portelli, “o tempo influencia as circunstâncias do relato em termos de circunstâncias”(PORTELLI, 2004, p. 299). O autor nos chama a atenção sobre as temporalidades, as sobreposições temporais que um mesmo relato pode conter:

O tempo também é rompido no eixo paradigmático - a simultaneidade - assim como um fonema é fragmentado em traços, ou uma nota musical em harmônicos: tudo acontecendo ao mesmo tempo, todos inseparáveis uns dos outros, mas logicamente distintos. Se tomarmos uma unidade de tempo convencional, um segundo ou um ano, sempre há mais de um evento acontecendo nele (PORTELLI, 2004, p. 306).

Por meio das entrevistas é possível articular novos projetos de pesquisa com o propósito de dar acesso a história da instituição não só àqueles que a produzem, ou seja, o corpo de funcionários, como a população, de forma geral.

Alguns artigos utilizando o acervo de história oral do Cehvap já foram publicados, com diferentes temas, tais como:

- Memórias da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos (1970-1976);
- História da Efêmera Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos na Conturbada década de 1970 (FAUSJC - 1970-1976);
- A Ditadura e os movimentos estudantis na Fundação Valeparaibana de Ensino (1964 – 1985);
- Memória, espaço e ressignificação: o Sanatório Vila Samaritana em São José dos Campos;
- Memórias de docentes: trajetórias acadêmicas na Universidade do Vale do Paraíba (Univap);
- A importância da memória institucional e o CEHVAP (Centro de História e Memória da UNIVAP);
- A Universidade do Vale do Paraíba como patrimônio da cidade de São José dos Campos;
- Um aspecto de grandiosidade: a formatura da primeira turma da Faculdade de Direito de São José dos Campos (1959);
- A construção de um lugar e sua importância no espaço urbano - um breve estudo sobre o crescimento de São José dos Campos na década de 1950 e a criação da Faculdade de Direito;

-Conflito, identidade e dois sistemas de classificações: a instalação do ITA/CTA em São José dos Campos.

Nesses artigos utilizou-se de depoimentos de funcionários mais antigos cedidos pela TV Univap, que se referiam principalmente aos primeiros anos da Fundação Valeparaibana de Ensino e seu primeiro curso, bacharelado em Direito. Muitas das entrevistas concedidas pelos professores mais antigos da Instituição estão repletas de emoções e sentimentos de pertencimento em relação à Universidade, como no depoimento a seguir:

Sou funcionária da Univap/FVE desde março de 1995, mas a Instituição já faz parte da minha vida desde antes. Cursei Processamento de Dados no Colégio Técnico e estagiei no antigo Laboratório de Multimídia e Geo-Processamento. Como funcionária me formei em Ciência da Computação, mas foi com a experiência profissional que descobri minha paixão pela contabilidade. Hoje também sou formada em Ciências Contábeis. Nos cursos e no ambiente de trabalho, mais do que aprendizado, fiz grandes amizades que levarei para o resto da vida. Fazer parte desta família e ter essa instituição fazendo parte da minha vida é uma grande alegria e, sou grata à Deus e à Univap pelas oportunidades que me deram (ENTREVISTADA 1, 2017).

Alguns entrevistados se orgulham de ter sua história de vida ligada à história da Instituição. Muitas vezes se construiu imagens da instituição associadas à representação da família:

Em 1971, eu fui eleito diretor daquela Faculdade [de Direito], continuava professor e fui eleito Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas **que era para mim como uma filha**, eu sempre dizia aos meus alunos: - eu gosto. Eles perguntavam: '-De quem o senhor gosta mais? Da Faculdade de Direito ou da Faculdade de Economia?' Eu falava: '- Olha, eu gosto de ambas porque enquanto **a Faculdade Direito é a minha mãe, a Faculdade de Ciências Econômicas é a minha filha**'. Eu gosto de ambas, da minha mãe e da minha filha, e **sempre amei as duas com muito carinho** porque **elas representam em minha vida um marco**, um marco inclusive que decidi pela minha permanência em São José dos Campos (ENTREVISTADO 2, 1994, p.5).

Outro entrevistado reforçou a importância da Universidade como patrimônio e instituição que dinamizou a vida da cidade:

Eu não sei qual é o tamanho da Univap hoje, mas apesar de haver muita concorrência hoje, porque eu acho que ela foi também, talvez até mais significativa na época em que ela foi criada, que ela revolucionou aqui a cidade (...) Mas ela foi politicamente muito importante e ela agitou a cidade, porque São José na época, década de 60, 70, era ainda bem pequena. A cidade começou a crescer na década de 50 com a Embraer, o ITA ... Depois ela passa por esse período de

crescimento e só em fins de 70, começo de 80 é que ela tem esse crescimento econômico muito grande. Então, a Univap, de uma certa forma, está nessa primeira fase de crescimento da cidade de São José dos Campos. (...). Hoje ela é um patrimônio importante, não só da cidade, como aqui da região (ENTREVISTADO D, 2012 Apud. SILVA, PAPALI e GUIMARAES, 2016, p. 3).

Ao mesmo tempo em que alguns depoentes se emocionaram e destacaram o sentimento passional com a instituição, outros relataram suas frustrações e descontentamentos, sobretudo por ter vivido e, sobretudo sobrevivido, ao período de centralização dos poderes da administração:

Aqui nós temos reconhecimento dos colegas, dos superiores, e dos alunos, eu vejo como recompensada toda nossa profissão, toda minha profissão... todo o meu esforço, **as minhas brigas, as minhas lágrimas porque muitas vezes a gente chora de raiva de não conseguir as coisas né**, mas eu vejo como resultado muito positivo, compensatório e não poderia ser diferente porque não só não sou só eu que me empenho pra que as coisas funcionem, a equipe toda né, então o resultado é bom e... bom não, excelente, e isso pra mim é... pra mim é resultado da minha profissão (ENTREVISTADO 3, 2014, p.7).

Durante as entrevistas foi possível entender e afirmar a importância do centro histórico institucional. Os depoentes afirmavam que, para eles, era importante que fosse colhido o depoimento de funcionários e alunos para preservar a memória da instituição e criar uma 'identidade'. Conforme disse Icléia Thiessem MagalhaesCosta, “precisamos construir uma memória institucional no tempo presente, o único de que dispomos, já que o passado já passou e o futuro está em nossas mãos”(COSTA, 1997, p. 147).

O depoimento de uma moradora do município de São José dos Campos, em ocasião de evento que abriu as portas da Universidade à comunidade em 2011 (*Open Campus*), reforçou, indiretamente, a importância do CEHVAP, não só para a preservação da memória como para a divulgação do potencial da Universidade para a população local:

A cidade não conhece a Univap. A cidade não conhece isso. Não sabe o que tem aqui. Parece que há um divórcio entre essa instituição e a cidade de São José dos Campos. Parece que foi um casal que se divorciou (...) E retornar essa união é o que me preocupa. Se vai haver essa possibilidade? Caso contrário é uma interrogação para o futuro (ENTREVISTA F, 2011 In: SILVA, PAPALI e GUIMARAES, 2016, p. 3.).

O mesmo Entrevistado, funcionário da instituição, tocou na questão do pertencimento:

Falta para nós aqui dentro (da UNIVAP), o sentimento de pertencer. Eu pertencço a essa instituição. Eu sou membro dessa instituição. Essa instituição é uma comunidade constituída de uma população, onde essa população tem aluno, tem funcionário, tem professor. É uma comunidade. É uma família (...) Então, nós temos que ter esse sentimento de pertencer. O aluno nosso tem que ter também esse mesmo sentimento (ENTREVISTADO F, 2011, In: SILVA, PAPALI e GUIMARAES, 2016, p. 3).

Importante ressaltar que, mesmo indiretamente, os depoimentos retratam o momento conturbado pela Universidade, quando a gestão do então reitor, em 2011, estava sendo questionada, em razão da sua forma despótica de governo. O distanciamento da universidade com a comunidade e a falta de sentimento de pertença e de identidade da universidade, retratado nos depoimentos acima, são reflexos desse momento.

As fontes orais coletadas e a história produzida com enfoque na História Pública nos certifica, por meio das experiências com o Centro de Memória Institucional da UNIVAP, que é possível a aproximação das instituições com as comunidades locais a partir da popularização e compartilhamento de suas histórias.

As instituições tem história e essa história não existe sem as pessoas que, não só marcam como, produzem esses espaços. Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai apontaram o extenso caminho a ser trilhado por esse campo ainda a ser desbravado, mas, uma coisa é certa para as autoras:

Para que esses processos aconteçam, é necessário o estabelecimento de pontes entre o saber acadêmico construído e o trabalho não-científico, promovendo a divulgação histórica e o desenvolvimento de uma 'história didática' que estimule a formação de uma 'consciência histórica' ou uma história mais participativa e colaborativa com a comunidade fora do espaço universitário. suas necessidades e riquezas de experiências histórico-culturais. O trabalho com história pública também implica no aprofundamento de estudos relativos à conservação do patrimônio material e imaterial e na responsabilidade político social com a memória social e coletiva (ALMEIDA; ROVAI, 2013, p. 4).

Considerações finais

Preservar a história material das instituições, seja por fotografias, histórias escritas ou narrativas, é um esforço que se faz pra evitar que as marcas históricas das instituições nos espaços e seus efeitos nas pessoas sejam apagados. A iniciativa da criação do Cehvap foi o de prover a população de memórias que permitisse a consciência histórica ao conceber, às pessoas comuns, suas realizações como cultura.

Importante testemunho da organização comunitária do município, a Universidade do Vale do Paraíba representa não só as iniciativas político-educacionais da época em que foi criada, como a história dos infinitos percalços da tentativa de sobrevivência de uma instituição comunitária sem fins lucrativos em um país que lida, constantemente, com o intenso e progressivo quadro de privatização/mercantilização.

O estudo mostrou que a história pública, como possibilidade de difusão do conhecimento histórico - aqui apontado a partir dos arquivos da memória institucional – aproxima o saber da prática, ao possibilitar espaços de interlocução com a comunidade. Ajudada pelas plataformas digitais, as narrativas dos espaços institucionais ganham vida construídas por documentos até então guardados sob a égide dos limites postos pelas próprias fronteiras institucionais.

É nesse sentido e com esse propósito que se criou o Centro de Memória Institucional da UNIVAP. É para esse Centro de Memória que estão sendo canalizados nossos esforços, na tentativa de estabelecer a aproximação da produção acadêmica com o percurso da comunidade em geral, visando a construção coletiva de uma história comum, democratizada, com as múltiplas narrativas que deram e dão o tom das infinitas memórias que ainda estão por vir.

Referências:

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História Pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”**. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH, Natal/RN, 2013.

AQUINO, Luiz Carlos Andrade de. **O agir comunitário na UNIVAP: limites e possibilidades**. Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação. Faculdade de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 9. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Icléia Thiessem Magalhaes. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/686/1/icleiacosta1997.pdf>. Acesso em 16/02/2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1994.

KELLEY, Robert. **Public history**: Its origins, nature, and prospects. The public historian, p. 16-28, 1978.

KESSEL, Zilda. **Memória e Memória Coletiva**. Disponível em: www.memoriaeducacao.hpg.ig.com.br. Acesso em: 18/10/2018.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.

MAUAD, Ana M.; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil**: Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo História oral e Memória. **Cadernos CERU**, n. 5, Série 2. São Paulo. Encontro Nacional de História Oral, 1994.

MOTTA, Marly Silva da. **Histórias de vida e história institucional: a produção de uma fonte histórica**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1995.. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6735/1037.pdf?sequence=Acesso> em: 17/01/2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. nº 10. São Paulo, PUC/SP, dez 1993, p. 8-9.

PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro et al. Memória, espaço e ressignificação: o Sanatório Vila Samaritana em São José dos Campos, SP. **Cronos**: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 15, n.2, p.172 - 184 jul./dez. 2014.

PORTELLI, Alessandro. “O Momento da Minha Vida”: funções do tempo na História Oral In: FENELON, Déa et al (orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade. **SAECULUM**, Revista de História. Vol. 18. João Pessoa, Jan/jun, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11395/6509>. Acesso em: 31/10/2018.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Algumas Experiências no Diálogo com Memórias. In: FENELON, Déa et al (orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004.

SILVA, Douglas de Almeida et al. **Memórias da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos (1970-1976)**. Trabalho apresentado no XV INIC/UNIVAP, São José dos Campos, 2011. Disponível em: <https://www.univap.br/arquivo/Mem%C3%B3rias%20da%20Faculdade%20de%20Arquitetura%20e%20Urbanismo.pdf?AID=851>. Acesso em 18/01/2018.

SILVA, Maria Helena Alves da, et al. A importância da memória institucional e o CEHVAP (Centro de História e Memória da UNIVAP). **Cadernos do CEOM - Cultura e Sociedade**. Vol 30, n. 46, Jun/2017.

SILVA, Maria Helena Alves da; PAPALI, Maria Aparecida; GUIMARÃES, Antonio Carlos. A Universidade do Vale do Paraíba como patrimônio da cidade de São José

dos Campos. Trabalho apresentado no **XX INIC/ UNIVAP**, São José dos Campos, 2017a. Acesso em 18 de Janeiro de 2018;. Disponível em: <https://www.univap.br/arquivo/A%20Univap%20como%20patrim%C3%B4nio%20da%20cidade.PDF?AID=1122>. Acesso em 28/01/2018.

SILVA, Maria Helena Alves da, et al. A Ditadura e os movimentos estudantis na Fundação Valeparaibana de Ensino (1964 - 1985). **XIXINIC/ UNIVAP**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2016. Disponível em: <https://www.univap.br/arquivo/A%20Ditadura%20e%20os%20Movimentos%20Estudantis.pdf?AID=853>. Acesso em 29/01/2018.

SILVA, Maria Helena Alves, et al. Um aspecto de grandiosidade: a formatura da primeira turma da Faculdade de Direito de São José dos Campos (1959). **Revista Ars Historica**, nº14, Jan/Jun 2017b, p. 178-191.

SILVA, Maria Helena Alves, et al. A construção de um lugar e sua importância no espaço urbano - um breve estudo sobre o crescimento de São José dos Campos na década de 1950 e a criação da Faculdade de Direito. Recôncavo: **Revista de História da UNIABEU**, Volume 7, Número 12, Janeiro-Julho de 2017c.

SILVA, Maria Helena Alves, et al. Conflito, identidade e dois sistemas de classificações: a instalação do ITA/CTA em São José dos Campos. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 10, n. 1, p. 123-131, jan./jun. 2017d.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; MORAES, Marieta de (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Publicação digital, sem número de página.

ZANETTI, Valéria et al. Memórias de docentes: trajetórias acadêmicas na Universidade do Vale do Paraíba (Univap). In: PAULA, Maria Tereza Dejuste de; ROQUE, Zuleika Stefânia (Orgs.). **Escola e Educação em São José dos Campos: Espaço e cultura escolar**. São José dos Campos: Univap, 2012.

Depoimentos:

ENTREVISTADA 1. **Univap Marketing**: Marque sua História. São José dos Campos: UNIVAP: CEHVAP, 2017.

ENTREVISTADO 2. **TV Univap**. São José dos Campos: UNIVAP: CEHVAP, 1994.

ENTREVISTADO 3. **TV Univap**. São José dos Campos: UNIVAP: CEHVAP, 2014.

*Recebido em Novembro de 2018
Aprovado em Maio de 2019*